

POLÍTICA

CONSTITUINTE

As decisões de um fim de semana agitado

Em um clima tenso, marcado por ameaças de todo tipo, os constituintes aprovaram, entre outras questões, cinco anos de mandato presidencial, garantia da propriedade rural e prisão perpétua. Mas tudo poderá ser alterado pelo plenário.

Como há muito não se via, os parlamentares trabalharam — e bastante — no final de semana. Nervosos, com a agitação própria de discussões polêmicas, eles funcionaram em 14 subcomissões — várias delas se reunindo até durante a noite e a madrugada para poder votar as matérias dentro dos prazos. Até amanhã de manhã, no máximo, os anteprojetos das 24 subcomissões serão entregues às respectivas comissões. No próximo dia 15 se encerra o trabalho destas últimas, passando tudo à comissão de Sistematização. E daí ao plenário. Ao longo deste processo, portanto, muitas decisões poderão ser mudadas, até mesmo a fixação do mandato presidencial em cinco anos, aprovada na madrugada de sábado.

Aplica-se também ao presidente Sarney esta decisão da Subcomissão do Poder Executivo ou ela só vale para os futuros presidentes?

Essa foi a dúvida levantada, em Brasília, depois que, em reunião que varou toda a madrugada de sexta-feira para sábado, aquela subcomissão derrubou o artigo do substitutivo do relator José Fogaça (PMDB-RS), marcando a próxima eleição presidencial para 15 de novembro de 1988 (um mandato de quatro anos, portanto, para o presidente Sarney) e estabeleceu que os presidentes da República terão mandato de cinco anos.

Para o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), essa decisão se aplica também ao atual mandato. Para outros parlamentares, como Israel Pinheiro (PMDB-MG) e Miro Teixeira (PMDB-RJ), não. Esse é também o entendimento de alguns outros constituintes de reconhecimento jurídico. Para eles, a questão específica do atual mandato tem de ser tratada nas Disposições Transitórias. Assim, o que a subcomissão fez foi deixar a questão em aberto. Nem tomou posição a favor dos quatro anos, como propusera Fogaça, nem mandou colocar nas Disposições Transitórias nada a respeito do atual mandato.

Mas a opinião geral era de que a subcomissão deu ao menos um passo em favor da pretensão do presidente Sarney, que saiu vitorioso também em relação a outros pontos da matéria, como é o caso do sistema de governo. Fica mantido o presidencialismo, admitidas, porém, moções de censura aos ministros. Os que estiverem no exercício do cargo, porém, só poderão ser alvo de "censura" e consequente destituição pelo Congresso Nacional seis meses depois de promulgada a nova Constituição.

Foi um final de semana de muito trabalho. Os funcionários do Senado e da Câmara que servem diretamente às subcomissões, assim como o serviço, de processamento de

dados e a gráfica do Senado tiveram de desdobrar-se para aprontar e imprimir os milhares de pareceres, substitutivos, emendas e pedidos de destaques para votações.

Com isso, encerra-se a primeira fase de elaboração da Constituição. No dia 27, abre-se o prazo para a apresentação de emendas nas comissões. Seus relatores vão reunir os anteprojetos das respectivas subcomissões e, com base nas emendas, apresentar um substitutivo, que será discutido e votado entre os dias 8 e 15 de junho.

Agitação

Outras subcomissões também tiveram reuniões muito agitadas, como a da Política Agrícola, a de Defesa do Estado e a dos Princípios Gerais de Economia. E os setores moderados e conservadores da Constituinte saíram satisfeitos com os resultados obtidos principalmente nessas três últimas subcomissões. Era o caso, por exemplo, do deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes desses setores.

Na Subcomissão de Política Agrícola, o substitutivo do relator Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) foi pulverizado e substituído por uma simples declaração de poucas linhas garantindo o direito da propriedade imóvel rural condicionada a uma função social, que é ampla e explícita.

Na Subcomissão de Princípios de Economia, funcionou uma espécie de "rolo compressor" comandado por Roberto Campos (PDS-MT), com o apoio de nada menos que oito representantes do PMDB. Com uma maioria de 15 votos contra 8, esse grupo demoliu o substitutivo do relator Virgílio de Senna (PMDB-BA). Depois, em reunião que se realizava ontem à noite, começou a aprovar as emendas que iriam resultar em novo substitutivo.

Na Subcomissão de Defesa do Estado de nada adiantou o "barulho" feito por José Genoíno (PT-SP), Haroldo Lima (PC do B) e outros. Prevaleceu o substitutivo do relator Ricardo Fiuza (PFL-PE), que mantém as atuais atribuições das Forças Armadas e cria a figura do "Estado de defesa" para substituir os atuais "Estado de emergência" e as "medidas de emergência".

Judiciário

A Subcomissão do Poder Judiciário não aceitou as inovações mais polêmicas inicialmente propostas no anteprojeto do seu relator, Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Ele próprio concordou com muitas das objeções e apresentou substitutivo muito mais moderado. Fica mantido o STF com suas atuais atribuições (parte das quais iriam para um Tribunal Constitucional), assim como a Justiça Mili-

tar. Não se estatizam os serviços dos cartórios.

A Subcomissão dos Direitos Individuais não aceitou uma autorização explícita para o aborto, mas aprovou um texto que permite a legislação ordinária dispor sobre o assunto; suprimiu também do substitutivo do relator a proibição de propaganda "de subversão da ordem", não aceitou a pena de morte, mas admitiu a prisão perpétua. E estabeleceu que nenhum interrogatório poderá ser feito sem a presença de advogado ou de representantes do Ministério Público.

A Subcomissão dos Direitos Políticos e Coletivos aprovou quase sem alteração o substitutivo apresentado pelo relator Lysâneas Maciel (PDT-RJ), embora alguns de seus dispositivos, relativos à participação popular na elaboração de legislação, tivessem sido muito criticados. Entre outras coisas reduziu para 16 anos a idade mínima para votar.

A Subcomissão de Educação proibiu a destinação de verbas públicas para a criação ou manutenção de escolas particulares e adotou uma inovação proposta por um dos seus integrantes, Antônio de Jesus (PMDB-GO): a introdução do ensino religioso nas escolas públicas, embora de forma facultativa.

A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios aprovou a realização de eleição para governador de Brasília em novembro do ano que vem, mas muitos que votaram a favor disseram ao relator Luís Carlos Sigmaringa (PMDB-DF) que não assumiam o compromisso de manter esse voto em plenário.

A Subcomissão da Questão Urbana terminou aprovando o substitutivo do seu relator José Ulysses (PMDB-MG), mas sob os protestos do próprio presidente da subcomissão, o senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC). Segundo afirmou, houve "vitória dos especuladores imobiliários", porque estabelece que as desapropriações terão de ser feitas com pagamento em dinheiro e a preço de mercado.

A Subcomissão de Saúde aprovou com algumas alterações, o parecer do relator Carlos Mosconi (PMDB-MG). Entre as novidades: acolhida emenda do deputado Cunha Bueno (PDS-SP) determinando que a União pague um salário mínimo mensal, a título de aposentadoria, a todas as pessoas com mais de 65 anos de idade, independentemente de comprovação de recolhimentos para a Previdência Social. Outra inovação: fica criada uma fundação, sob a tutela do Estado, para absorver o Sesi e o Sesc. Foram mantidas as restrições ao funcionamento das usinas nucleares e a proibição aos armamentos nucleares.